

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



SESSÃO DE ABRIL

ATA N.º 2/2024

Ata n.º 02/2024

1. Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 06 minutos, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, João Pedro Jorge Martins, Hugo Miguel Serôdio Mendes, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Maria Manuela Alminhas Passão Moura, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS-PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, Susana Gonçalves, pelos Vereadores, Ricardo Videira e Tiago Aldeias e pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes.
3. Sendo a primeira reunião em que participa o Membro Hugo Miguel Serôdio Mendes, a Presidente, para os efeitos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, verificou a sua identidade e legitimidade.
4. A **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estavam a ver através do Facebook do Município e aos funcionários que estavam a dar apoio à Assembleia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. O **Membro António Prata**, mencionou que na Assembleia Municipal de 29 de fevereiro foi pedido esclarecimento à Presidente da Assembleia Municipal sobre os requerimentos enviados pela bancada do PSD, referiu que os mesmos até à data ainda não tinham sido respondidos.
6. Questiona ainda a Presidente se sabe o porquê da ausência de resposta por parte do Presidente da Câmara Municipal.
7. A **Presidente da Assembleia Municipal**, esclareceu que foi enviado um email para a Câmara Municipal a solicitar resposta a todos os requerimentos em atraso, tendo obtido apenas resposta a dois, pelo que vai continuar a insistir.
8. O **Membro António Prata**, refere que se comemoraram os 50 anos do 25 de Abril, sendo uma das conquistas de abril a Assembleia Municipal ter o acesso à informação, e como órgão fiscalizador, afirma que a Presidente da Assembleia Municipal tem de tomar uma posição, no que diz respeito à informação solicitada à Câmara Municipal.
9. Foi apresentado para votação pela **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 1/2024**, referente à sessão realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.
10. Não havendo intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 1/2024**, referente à sessão realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.
11. Não participaram na discussão e votação os membros João Martins e Hugo Mendes, por não terem estado presente na sessão em causa.

12. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PS para que apresentasse a sua Moção.
13. Foi apresentada pela **Membro Maria Clara Pereira**, em representação da bancada PS a **Saudação "50 anos de Abril"**. (Anexo 7/24)
14. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
15. O **Membro João Perdigão**, referiu que a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, acompanha a saudação e a importância da efeméride e da sua comemoração ser sempre lembrada. Lembrou que há uma linha ténue entre a ditadura, a democracia e a liberdade, razão pela qual é necessário e imperioso não esquecer a data.
16. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.
17. Foi apresentada pela **Membro Manuela Moura**, em representação da bancada PPD/PSD.CDS-PP, a **Moção "50 anos do 25 de abril de 1974"**. (Anexo 8/24)
18. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
19. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV)**.
20. A **Membro Maria João**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PCP-PEV referindo que: "Foram tão minuciosos e eu congratulo-me com isso, foi pena foi se terem esquecido de um período importante onde se conquistou o que ainda hoje faz parte das coisas mais importantes, a licença de parto para as mulheres, o salário mínimo nacional, o subsídio de férias e desemprego, acho que é um período que não deve ficar esquecido nestas moções quando se chega, são tão minuciosos e falta uma parte importante daquilo que o 25 de abril nos deu".
21. Foi apresentado pela **Membro Sónia Grulha**, em representação da bancada PPD/PSD.CDS-PP, a **Moção "1.º de Maio – Dia do Trabalhador"**. (Anexo 9/24)
22. O **Membro José Leitão**, mencionou que a Bancada do PCP-PEV está de acordo com a moção e esclareceu que as comemorações do 1.º de Maio sempre se fizeram, à época algumas pessoas iam presas, outras eram agredidas, mas sempre se comemorou o 1.º de Maio.
23. Quando se fala no acesso ao emprego e salário justo deixa convite para se juntarem à manifestação do CGTP para reivindicarem um salário mínimo de 1000€.
24. O **Membro Paulo Campino**, referiu que a Bancada do PS irá acompanhar a Moção por se rever na essência e nos princípios que regem o Dia Mundial do Trabalhador.
25. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.
26. Foi apresentado pelo **Membro Orlando Dias**, em representação da bancada PCP-PEV, a **Moção "25 de Abril e 1.º de Maio"**. (Anexo 10/24)
27. O **Membro João Perdigão**, mencionou que vão votar a Moção favoravelmente deixando dois reparos, um em relação à Moção do 25 de Abril e à intervenção da

Membro Maria João, referiu que é impossível traduzir as liberdades do 25 de Abril numa folha.

28. Em relação ao 1.º de Maio e à intervenção do Membro José Leitão mencionou que existe um parágrafo "ipsis verbis" quase semelhante ao que referiram na Moção e que a mesma já realizava antes do 25 de abril.
29. O **Membro Paulo Campino**, mencionou que o PS vai acompanhar a Moção da CDU e vai votar favoravelmente.
30. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.
31. Foi apresentado pela **Membro Maria João Luz**, em representação da bancada PCP-PEV, a **Moção "Defender a saúde no Concelho de Vendas Novas"**. (**Anexo 11/24**)
32. O **Membro João Perdigão**, mencionou que já o disse várias vezes que o SNS está doente e, Vendas Novas não vive numa bolha, pelo que sofre com as consequências, sendo necessário melhorar as condições para Vendas Novas pelo que vão votar favoravelmente a Moção.
33. O **Membro José Leitão**, referiu que o SNS não está doente, está descapitalizado, beneficiando o serviço privado.
34. O **Membro João Perdigão**, mencionou que houve um aumento de verba para o SNS, não havendo melhoria de serviço, podendo haver uma má gestão.
35. Referiu que da intervenção do Membro José Leitão é uma questão ideológica em relação aos doentes serem encaminhados, em vez da lista de espera, para os privados, que respeitam, mas não compreendem.
36. O **Membro José Leitão**, referiu ideológico ou não, o que se tem verificado é que grande parte do orçamento do Ministério da Saúde é entregue em benefício do negócio dos privados.
37. O **Membro Paulo Campino**, salientou o trabalho que o Município tem vindo a fazer para melhorar a Saúde em Vendas Novas, agradando-lhe o reconhecimento do PPD/PSD.CDS-PP em referir que houve um aumento no orçamento da saúde por parte do PS, esperando que se mantenha ou que aumente a melhoria do serviço público em vez dos privados.
38. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º ponto – Documentos de Prestação de Contas - Relatório de gestão e contas do exercício de 2023

39. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

40. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
41. O **Membro Tomás Marques**, deu os parabéns ao Dr. Hélder Fernandes pelo trabalho técnico, exaustivo e claro, que foi feito no relatório, que define bem o ano de 2023, sendo documentos com essa qualidade que lhes permitem fiscalizar corretamente o trabalho camarário.
42. Com a análise do documento concluem que o Executivo não é capaz de executar o trabalho a que se propõe, por ser demasiado ambicioso ou incompetente, por falta de realismo ou falta capacidade.
43. Questiona o Presidente da Câmara Municipal como justifica mais um ano com execução tão baixa e se está em condições de garantir aos Vendasnovenses que vai cumprir o programa eleitoral que sufragou em 2021.
44. O **Membro José Leitão**, mencionou que tendo votado contra o orçamento continuam com a mesma posição.
45. Referiu que as receitas do orçamento de Estado não foram suficientes para fazer face ao aumento das despesas com o pessoal, o ano 2023 ficou abaixo do previsto para a execução anual ou não foram executadas e que os pagamentos em atraso à Câmara Municipal aumentaram significativamente.
46. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que tem dois tipos de execuções distintas e não estão a tentar esconder o que os números dizem. Quanto às dívidas ao Município menciona que está a ser feito um esforço na recuperação da dívida, analisando casuisticamente a melhor forma de o fazer.
47. Em relação à transferência de competências referiu que estão a receber o que está acordado em Lei e em relação aos gastos com o pessoal transferido para o Município, são compensados a 100% pelo Ministério da Educação, não sendo compensada a sobrecarga administrativa e financeira para os serviços que as transferências de competências trouxeram agregadas.
48. O **Membro José Leitão**, mencionou que em relação às cobranças já deveriam ter sido transferidas para imparidades não fazendo sentido estarem como declarações de recebimentos em atraso desde 2004.
49. Em relação às transferências de competências refere que à uma discrepância nos valores recebidos.
50. O **Membro Tomás Marques**, teceu alguns comentários referentes aos projetos que não têm avançado, custando aos Vendasnovenses mais um ano sem poder usufruir das infraestruturas ou dos investimentos que estão planeados.
51. Reflete sobre a mudança de posição do Presidente da Câmara Municipal sobre a transferência de competências.
52. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que as verbas previstas e recebidas no âmbito das transferências de competências dependem de vários fatores, garantindo que tudo o que era previsto receber foi recebido.
53. Em relação à afirmação sobre a mudança de posição mencionou que sempre colocou as suas dúvidas, constrangimentos e as menos valias que poderia ter com a transferência de competências, mantendo a sua opinião que não se é compensado pela sobrecarga de trabalho sobre os serviços municipais.

54. O **Membro Tomás Marques**, questionou que no ano passado tendo havido uma execução tão baixa e se a faltar ano e meio das legislativas está em condições de garantir que vai cumprir com o programa que sufragou.
55. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que na sua intervenção justificou os constrangimentos encontrados na execução, estando empenhados a ter execuções do que se propuseram a fazer.
56. O **Membro Tomás Marques**, referiu que não foi só o ano passado que correu mal e estando o Partido Socialista à frente da Câmara Municipal há dez anos que corre mal, estando a defender os direitos dos Vendasnovenses que esperam que os investimentos sejam realizados.
57. O **Presidente da Câmara Municipal**, afirmou que estão a trabalhar para executar, a trabalhar por Vendas Novas para se trazer mais projetos, mais investimentos, mais educação, mais saúde para o Concelho de Vendas Novas, estando firmes e convictos nos seus propósitos.
58. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado, por maioria, 9 votos a favor (PS) , 3 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), os documentos de prestação de contas de 2023 (relatório de gestão e demonstrações financeiras, orçamentais e outros anexos).**
59. O **Membro João Perdigão**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP dizendo que: "a Bancada Vendas Novas Primeiro absteve-se neste ponto porque o que está em análise é um documento de natureza técnica em que os exercícios contabilísticos apresentados refletem as prioridades definidas pelo Executivo na gestão e alocação dos recursos financeiros e humanos, não traduzindo a visão que a Bancada do PSD tem para o Concelho.
60. O facto de a execução ser tão baixa reflete que o PS não consegue por em prática aquilo a que se propõe, limitando-se a fazer uma gestão corrente do Município, sem conseguir de forma favorável melhorar a vida dos Vendasnovenses".

2.º Ponto - Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Vendas Novas

61. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
62. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
63. O **Membro José Leitão**, mencionou que há uma diferença de valores na receita cobrada líquida que não deveria de incluir o saldo da gerência anterior.
64. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto – 2.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2024

65. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
66. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.

67. O **Membro António Prata**, referiu que a alteração não introduz significativas alterações ao orçamento pelo que a vão viabilizar.
68. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria, com 9 votos a favor (PS) e 8 abstenções (3 do PCP-PEV e 5 PPD/PSD.CDS-PP)**, a **2.ª alteração modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2024**.

4.º Ponto – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2024

69. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos.
70. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
71. O **Membro Tomás Marques**, mencionou que têm vindo a alertar para as constantes alterações e os sucessivos casos de processos pouco claros que têm ocorrido durante o mandato que os obrigam a votar sucessivamente contra o documento.
72. Referiu que estão cinquenta e três postos de trabalho a preencher no mapa de pessoal questionando se há alguma estratégia e se existe viabilidade económica para os financiar no momento em que forem preenchidos.
73. O **Membro José Leitão**, mencionou que tem dificuldade em perceber que se vote a favor do projeto CLDS 5G, mas que depois se vota contra a inclusão de pessoas no CLDS para trabalhar.
74. Referiu que já anteriormente alertaram para o aumento das despesas com o pessoal e questiona na área de comunicação, transportes, geografia ou análogo e desporto ou análogo o que se quer dizer com “análogo”?
75. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que o principal objetivo dos concursos é ter pessoas competentes na Câmara Municipal, que o júri designado terá de fazer a seleção mais adequada para o lugar e na área de desporto esclarece que existe uma lista de recrutamento ativa de um concurso recente pelo que não necessitam de iniciar os procedimentos concursais.
76. Referiu que todo o procedimento é claro e transparente e são da competência dos júris nomeados.
77. Esclareceu que os lugares previstos no mapa de pessoal estão previstos em orçamento, quanto aos gastos que se tem com eles, não se estando a contratar aquilo que é acima da previsão orçamental para gastos com pessoal.
78. Em relação aos lugares por preencher mencionou que há uma série de fatores, nomeadamente, reformas, concursos a decorrer, pessoal em comissão de serviço.
79. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada**, por **maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 do PCP-PEV) e 5 votos contra (PPD/PSD.CDS-PP)**, a **1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município para 2024**.

5.º Ponto – Autorização prévia para a abertura de procedimento e para assunção de compromissos plurianuais para fornecimento de energia elétrica ao Município de Vendas Novas

80. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos.



81. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
82. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por maioria, com **14 votos a favor (9 PS e 5 do PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV): a) autorizar previamente a abertura de procedimento para fornecimento contínuo de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN), pelo período de dois anos, com começo previsto em agosto do corrente ano, com os seguintes encargos máximos estimados: 2024 – 166.500,00€; 2025 – 685.980,00€; 2026 – 524.774,70€; b) autorizar previamente a assunção dos compromissos plurianuais que venham a resultar do procedimento descrito na alínea supra.**

6.º Ponto – Relatório do Estatuto do Direito de Oposição – 2023

83. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos.
84. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
85. O **Membro António Prata**, questionou o porquê de os dois requerimentos solicitados pela Bancada do PPD/PSD.CDS-PP não constarem do relatório apresentado.
86. O **Presidente da Câmara Municipal**, referiu que tem de verificar com mais detalhe quais os requerimentos mencionados e se a entrada foi em 2023 e se foi e não constando, trata-se de um lapso.
87. O **Membro António Prata**, mencionou que um requerimento foi enviado a 21 de fevereiro de 2023 e outro a 1 de novembro de 2023, tendo sido respondido um dos requerimentos com uma resposta em que nada aborda o requerido, ficando a aguardar a resposta.
88. Em relação à aprovação do relatório em reunião de Câmara menciona que deveria merecer maior confiança evitando o uso do voto de qualidade.
89. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

7.º Ponto – Proposta do Regulamento para o Cartão do Município

90. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos.
91. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
92. A **Membro Sónia Grulha**, mencionou que a bancada vai votar favoravelmente salientando que o cartão deveria ser alargado a outras infraestruturas do Município e que o mesmo deveria ser em formato digital, reduzindo os custos de emissão.
93. O **Membro Paulo Campino**, questionou se o cartão é só para o serviço de desporto ou piscina ou se inclui outros serviços como biblioteca e outros.
94. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que devido à necessidade urgente de resolver a questão do acesso às piscinas municipais face à atualização de preços, ainda não está a abranger os serviços de educação e outros, estando a ser trabalhado nesse sentido.

95. Em relação à digitalização refere que o que é importante é ser prático para quem o comprova, sendo imprescindível a fotografia para comprovar a sua fidedignidade.
96. O **Membro João Perdigão**, mencionou que esperavam que o cartão fosse mais abrangente do que o apresentado, compreendendo a questão por parte da Bancada do Executivo.
97. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o objetivo final é ter um cartão do munícipe abrangente a vários serviços do Município. Menciona que de momento era imperativo avançar-se com um cartão que permite ao munícipe o acesso às piscinas municipais.
98. O **Membro João Perdigão**, questionou se existe algum cronograma a apresentar até ao final do ano em reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal e quais as mais valias que os munícipes terão com o cartão.
99. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que tendo em conta que a época balnear se está a aproximar fizeram o que era mais rápido de executar, incluindo posteriormente outros serviços.
100. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por maioria, com **14 votos a favor (9 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV)**, a **proposta do Regulamento para o Cartão do Munícipe**.

8.º Ponto – Relatório de Atividades da CPCJ referente ao ano 2023

101. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos.
102. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que foi um documento enviado pela CPCJ pelo que não tem nada a acrescentar.
103. A **Membro Manuela Moura**, valorizou todo o trabalho desenvolvido pela CPCJ salientando a importância da estrutura que desempenha um papel fundamental na comunidade.
104. Tece alguns comentários sobre o relatório, questionando se a Câmara Municipal já o avaliou e se tem alguma tomada de posição sobre a implementação de um Gabinete Municipal de Mediação Familiar e um Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, lhe parecendo que a criação do CAFAP estará em curso.
105. A **Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a passou à Vice-Presidente da Câmara Municipal.
106. A **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que a CPCJ comemorou, no passado dia, dez anos de implementação no Concelho de Vendas Novas.
107. Esclarece que o CAFAP já é solicitado no Concelho há algum tempo, havendo duas entidades que se candidataram ao CAFAP estando a aguardar os resultados da candidatura. Em relação ao Gabinete de Mediação Familiar esclarece que está associado à parte jurídica e tem de ser articulado com o Tribunal de Montemor-o-Novo.
108. Em relação às Vítimas de Violência Doméstica menciona que a Associação Ser Mulher dá resposta a Vendas Novas.
109. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**



9.º Ponto – Informação da Atividade Municipal

110. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos.
111. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.
112. O **Membro João Perdigão**, questionou em relação ao hastear da bandeira no dia 25 de abril, em relação às comemorações do 25 de Abril se foi algo improvisado, por não constar do programa e por não ter tomado conhecimento da mesma a não ser por fotos posteriores no facebook, questiona ainda se não era de dar mais importância ao ato, de forma a que a população estivesse presente.
113. Mencionou que a Presidente da Assembleia Municipal deveria ser mais proactiva em enviar convites em articulação com o Executivo para os Membros da Oposição para os eventos realizados no Concelho de Vendas Novas.
114. Refere que no passado dia 28 de fevereiro de 2022 foi discutida a estratégia local de habitação questionando o ponto de situação.
115. A **Presidente da Assembleia Municipal**, esclarece que a maioria dos eventos também é convidada, não podendo impor-se nesse sentido.
116. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o hastear da bandeira já ocorreu em anos anteriores, sendo um momento simbólico ao madrugalar com os representantes dos Órgãos Eleitos do Município e o Comandante do RA5.
117. Em relação à estratégia local de habitação mencionou que tem havido reuniões técnicas relativamente aos projetistas dos dois locais que se vai requalificar, um no Beco da Rua Alexandre Braga e outro nos antigos balneários junto à rotunda da GNR.
118. Refere que os projetos estão contratados e estão candidatados aguardando receber a verba do IRU para terem capacidade financeira de alavancar o maior projeto, o núcleo de casas junto ao antigo Bar Asterix.
119. Mencionou que o modelo montado de estratégia de financiamento não o melhor para alavancar os investimentos iniciais, tendo o Município de afetar recursos próprios enquanto as candidaturas não são aceites no âmbito da estratégia.
120. O **Membro João Perdigão**, referiu que não obteve resposta às suas questões, não sabendo em que ponto está a situação, de quantas casas foram adquiridas e que sendo um problema de cariz social urge a resolução do mesmo.
121. Em relação aos espaços verdes questionou o porquê da falta de manutenção.
122. Relativamente à recolha do lixo pergunta a razão dos constrangimentos, podendo trazer problemas para a saúde pública do Concelho de Vendas Novas.
123. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que foi bastante transparente em relação à estratégia local de habitação, referindo que infelizmente e frustrantemente os assuntos não se resolvem na velocidade pretendida.
124. Em relação às recolhas de lixo explica que das três viaturas existentes, duas estão inoperacionais estando ambas em reparação.

125. A viatura remanescente está a fazer a volta das outras duas viaturas, mas sendo um camião com menor capacidade acaba por ter de ir descarregar o lixo a Montemor-o-Novo mais vezes, havendo acumulação em algumas zonas que está a ser resolvida.
126. Em relação aos espaços verdes mencionou que tem conhecimento que em alguns locais as ervas estão acima do que se considera bonito.
127. Referiu que se está a desenvolver um projeto piloto, que internamente lhe chamam jardins de polinização, em que haverá determinados canteiros de relva em que se vai reduzir propositadamente a sua manutenção, permitindo que as espécies que estão nesse local se possam desenvolver permitindo a polinização de abelhas e outros insetos polinizadores.
128. O atraso na manutenção dos jardins deve-se ao facto dos recursos humanos disponíveis estarem afetos à limpeza do lago do Jardim Público e estando concluído será resposto o normal funcionamento de manutenção de jardins.
129. O **Membro Tomás Marques**, apresentou algumas questões, nomeadamente se há necessidade de se esvaziar a piscina olímpica todos os anos e qual o ponto de situação do PDM.
130. Em relação ao requerimento apresentado a 28 de fevereiro de 2023 sobre a declaração dos prédios devolutos que iria levar ao agravamento do IMI e à resposta dada pelo Executivo, pergunta se o Edital de 4 de janeiro de 2023 foi a informação que foi prestada aos proprietários, se a data é posterior ou anterior à lista de prédios devolutos à Autoridade Tributária e se foi consagrado o direito aos proprietários de audiência de interessados e o que motivou a revogação do processo.
131. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que em relação às piscinas municipais todos os anos tem de esvaziar as piscinas de forma a permitir a limpeza adequada, as reparações necessárias e impermeabilização, tendo em conta os anos do equipamento.
132. Em relação aos prédios devolutos, informa que foi enviado um edital e um ofício, com todas as informações de benefício da ARU, os apoios para requalificação urbana, requalificação dos edifícios, havendo municípios que procuraram junto do Executivo receber esse esclarecimento de forma a recuperar as suas propriedades.
133. No que toca ao PDM informou que tiveram a reunião da Comissão Consultiva no início de janeiro com as entidades que dão parecer ao PDM, tendo havido dois pareceres desfavoráveis, um do Ministério da Defesa e outro do ICNF, estando toda a situação já resolvida.
134. Pretendem lançar brevemente a consulta pública que estará disponível por trinta dias úteis, para posteriormente ser aprovada nos Órgãos.
135. Tendo em conta a participação das duas Bancadas PPD/PSD.CDS-PP e PCP-PEV no processo estão à espera que a equipa técnica termine o comentário às propostas que foram apresentadas para posteriormente se enviar a resposta.
136. O **Membro Tomás Marques**, em relação à água da piscina questionou qual o seu fim. Menciona que em relação aos prédios devolutos continua sem perceber qual foi a data da comunicação à Autoridade Tributária e aos proprietários, quais foram as dúvidas que levaram à revogação do mesmo e se o processo está ferido de ilegalidades.
137. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que os prédios devolutos têm uma dificuldade técnica, o receber a informação dos baixos consumos em novembro e fazer

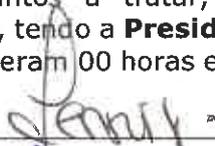
a notificação aos proprietários de forma célere, informando a AT que o prédio não era devoluto e ao enviar todos os artigos foi o que anulou a medida.

138. O **Membro Tomás Marques**, mencionou que mais uma vez a resposta concreta com datas não foi respondida, pelo que vão enviar novo requerimento.
139. Volta a questionar em relação à água da piscina.
140. O **Presidente da Câmara Municipal**, pediu compreensão por não ter consigo todas as respostas às perguntas colocadas.
141. Em relação à água piscina informou que esta é utilizada para regar, se não houver impedimento, ou é despejada pelas linhas de água que estão à disposição.
142. O **Membro António Prata**, questionou o ponto de situação sobre a reabertura da Escola de Bombel.
143. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que já reuniram com a DGESTE, estando a aguardar a vistoria à escola, que ocorrerá no dia 6 de maio, por técnicos arquitetos da DGESTE e caso o parecer seja favorável à abertura de uma sala de primeiro ciclo, menciona se o nível investimento na escola for ao nível de uma requalificação geral, não existem condições para que se concretize até setembro.
144. O **Membro António Prata**, questionou o que foi feito pela Câmara Municipal em relação à deliberação tomada, por unanimidade, em relação à abertura da Escola de Bombel para além da intervenção com DGEST.
145. A **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação a proposta de prolongamento em 60 minutos do Período da Ordem do Dia, tendo sido a mesma **aprovada, por unanimidade**.
146. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que para o Membro António Prata importa um cronograma, para si enquanto Executivo, importa a vistoria da DGESTE de forma a compreender que tipo de intervenção tem de ser feita na escola de forma a que esteja a cumprir com todas as normas legais para se poder ter as crianças.
147. O **Membro António Prata**, questionou o que foi realizado pela Câmara Municipal nestes últimos 5 meses e se existe algum cronograma.
148. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que já disse tudo o que fizeram e a sua preocupação é estar descansado que as crianças tenham todas as condições na escola e a informação da DGESTE é fundamental e crucial para esse fim.
149. O **Membro Tomás Marques**, reformulou a questão, questionando todas as diligências que foram feitas para que se comece o processo para tornar a Escola de Bombel, eventualmente, utilizável evitando os contentores e que o mesmo avance o mais rapidamente possível.
150. O **Presidente da Câmara Municipal**, mencionou que acredita que estão todos interessados em ter condições nas escolas e é nisso que o Executivo está focado trilhando um caminho com a DGESTE em vários domínios, sobre vários estabelecimentos de ensino para se ir tendo cada vez melhores e mais condições para as crianças e os alunos.
151. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

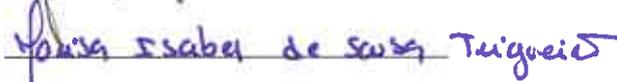
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

152. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
153. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 16 minutos do dia 1 de maio de 2024.

A Presidente da Assembleia



O 1.ª Secretário da Assembleia



ANEXOS



Saudação 50 Anos de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Foram estas as palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen. Palavras que tão bem definem o que foi Abril.

Ser Livre, Liberdade. Albert Camus, um dos grandes nomes da literatura, disse que a liberdade não é mais do que uma oportunidade para sermos melhores. Os 50 anos de Abril, constituem um momento para recordar este valor da liberdade.

A liberdade significa um horizonte aberto de possibilidades. Significa a oportunidade de sermos melhores do que aquilo que fomos, de nos reinventarmos a cada momento, de vivermos a olhar para o futuro sem medos.

Abril abriu este horizonte de possibilidades. Passaram 50 anos deste momento definidor daquilo que somos, e poderíamos pensar que o seu simbolismo está a esmorecer.

As novas gerações dão como garantidas a liberdade e a democracia que Abril nos deu - porém não podemos dá-las como garantidas. Precisamos de lhes dar valor.

Não relembrar a memória de Abril é cair na tentação da ditadura. Assistimos, cada vez mais, ao crescimento de movimentos profundamente radicais e saudosistas da ditadura, procurando impor a sua vontade no retrocesso de muitas das conquistas de Abril.

Não podemos nunca esquecer que foi no dia 25 de Abril de 1974 que o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou o regime ditatorial que durante 48 anos oprimiu o Povo Português.



Esta data emblemática, conhecida como a Revolução dos Cravos, não só libertou Portugal de anos de regime ditatorial, como também simbolizou a ascensão da democracia e dos valores de liberdade e igualdade.

A revolução de 1974 não foi apenas uma luta por liberdade política, mas também uma busca pela libertação intelectual e educacional. O acesso ao conhecimento e à informação desempenhou um papel crucial na consciencialização da população portuguesa sobre os seus direitos e na capacitação para exigir mudanças.

Neste marco histórico, é importante refletir não apenas sobre as conquistas alcançadas, mas também sobre os desafios que ainda persistem. A desigualdade de acesso à saúde, à educação, a falta de recursos em certas regiões e a necessidade contínua de promover a educação cívica e os direitos humanos são questões que exigem atenção contínua.

Ao celebrarmos os 50 anos do 25 de abril, reafirmamos o poder transformador do conhecimento e da educação na construção de uma sociedade mais justa, livre e inclusiva. Que esta data nos inspire e não nos afaste, nunca, de continuar o caminho para a liberdade individual e coletiva.

Vendas Novas, 30 de abril de 2024

Pela Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas.



f.

MOÇÃO

50 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Celebrámos os 50 anos da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974 quando o Movimento das Forças Armadas, constituído maioritariamente por capitães, pôs termo ao Estado Novo e ao regime ditatorial que durava há 48 anos.

E, por isso, constitui um imperativo de justiça que nesta curta e singela homenagem possamos eleger os Capitães de abril, particularmente aqueles que em Vendas Novas, na então Escola Prática de Artilharia, integraram aquele Movimento, como exemplo máximo do idealismo e do altruísmo com que assumiram os objetivos e os valores que a revolução pretendeu assegurar e transmitir, desde logo os primordiais: conquistar a Liberdade e construir a Democracia para o povo Português sem nada mais exigir do que o sentimento do dever cumprido, a humildade do espírito de missão, ainda que à custa do sacrifício pessoal, em nome desses valores fundamentais.

Com a aprovação, pela Assembleia Constituinte, da Constituição da República de 1976 que entrou em vigor em 25 de Abril de 1976, com a realização das primeiras eleições legislativas e com a revisão constitucional de 1982, confirmámos e estabilizámos o caminho para uma Democracia Social, Económica e Política consagrada e traduzida em direitos fundamentais de Dignidade, Liberdade, Igualdade, Solidariedade, Cidadania e da Justiça.

Com grandes momentos e apesar das dificuldades e alguns erros, não pode negar-se a evolução social, política e económica que a sociedade portuguesa registou desde então.

Mas, muito mais há ainda por que lutar e este é o momento para voltar a ter expetativas, para acreditar num tempo diferente, num tempo em que é possível uma vida melhor para todos, para acreditar nos valores da democracia, da liberdade e da igualdade de direitos e deveres para todos. Embora existam diferenças de opinião, de propósitos e práticas, tal apenas é possível porque vivemos num espaço que nos permite a livre expressão.

Há 50 anos, um grupo de Capitães devolveu-nos a liberdade e neste meio século decorrido aprendemos a viver em democracia enquanto lutávamos por uma vida melhor nesse quadro democrático que fomos construindo e consolidando. Mesmo que os desafios sejam hoje diferentes num quadro de evolução social e política quer nacional quer internacional, importa sempre alimentar o desejo de buscar novas respostas para os problemas dos cidadãos e para lhes garantir uma vida sempre melhor, numa sociedade mais igual, mais solidária e mais justa, sem nunca esquecer o momento fundador que nos permite acalentar este desejo num Estado democrático e aqueles que tiveram a coragem de ousar para lançar os seus alicerces.

Assim, a bancada da Coligação Vendas Novas Primeiro propõe que a Assembleia de Municipal de Vendas Novas, reunida a 30 de abril de 2024, no Fórum Cultural “A Praça”, delibere saudar o dia 25 de abril de 1974, e, particularmente, neste seu quinquagésimo aniversário, todos os nossos Capitães de abril, demais militares do Movimento das Forças



Armadas e civis combatentes pela Liberdade. Celebremos o 25 de abril com a esperança de que a democracia se renove e fortaleça inabalavelmente com o contributo de todos na construção de uma sociedade onde todos tem lugar.

Vendas Novas, 30 de abril de 2024

A bancada do PSD/CDS – Vendas Novas Primeiro



MOÇÃO

1º DE MAIO - DIA DO TRABALHADOR

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, os trabalhadores fizeram greve e saíram à rua em protesto, exigindo melhores condições de trabalho, nomeadamente a redução da jornada para oito horas diárias. Este movimento teve um elevado impacto a nível mundial e vários países começaram a celebrar o 1º de maio como o Dia Internacional do Trabalhador, um dia representativo da luta e das conquistas de direitos laborais e sociais pelos trabalhadores.

Em Portugal, comemorações como o 1º de maio não eram possíveis durante o período do Estado Novo, que limitava a liberdade de expressão, de reunião e de manifestação. Após o 25 de abril de 1974, esta data passou a ser celebrada, também como forma de luta pelos direitos laborais no advento da conquista da liberdade, tendo a Junta de Salvação Nacional, logo em 27 de Abril de 1974, instituído este dia como feriado nacional obrigatório e como «Dia do Trabalhador». (Decreto-Lei nº 175/74, de 27 de abril).

Hoje, o 1.º de maio é em Portugal uma oportunidade para refletir sobre os avanços laborais, lutar por melhores condições de trabalho e lutar contra as desigualdades ainda presentes na nossa sociedade.

Neste sentido, a bancada da Coligação Vendas Novas Primeiro propõe que a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no Fórum Cultural “A Praça”, a 30 de abril de 2024, delibere saudar o 1.º de maio e todos aqueles que, ao longo dos anos, têm lutado pelos direitos dos trabalhadores. Nunca é demais reiterar a importância desta luta, nomeadamente, na igualdade de oportunidades e de salário para homens e mulheres, no acesso a um emprego digno e a um salário justo que permita a todos viver de forma sustentável no nosso país, em particular os mais jovens.

Vendas Novas, 30 de abril de 2024

A bancada do PSD/CDS – Vendas Novas Primeiro



Moção

25 de Abril e 1º de Maio

50 anos passados, a Revolução de Abril é chama viva nos corações dos portugueses que amam a liberdade e a democracia, que desejam um Portugal mais justo, solidário e fraterno.

Revolução de Abril é sonho, realização e construção, são valores e esperança numa vida melhor, bem patente na dimensão da mobilização popular que, em todo o País, animou as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Considerando que:

Foi com o 25 de Abril que se alcançou a Paz, o fim da guerra colonial e a libertação das colónias;

As comemorações do 25 de Abril, revelaram a necessidade de continuar a pôr em prática as suas conquistas, nomeadamente o acesso à saúde para todos, pública, universal e gratuita, à educação pública para todos, à segurança social pública, universal e intergeracional, ao direito à habitação e à justiça;

Foi com o 25 de Abril e com a ação transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República;

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local, a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

E se Abril conquistou, o 1º de Maio consagrou, o direito á reunião no local de trabalho, o direito de manifestação, o direito à greve, a proibição do lock-out, o salário mínimo nacional, o direito à negociação e contratação coletiva, o direito à segurança no trabalho e no emprego, o fim das discriminações.

Conquistas estas que importa continuar a consagrar e lutar, pois as políticas entretanto seguidas, têm levado ao aumento da precariedade em contexto laboral, a contratação coletiva encontra-se bloqueada ou negociada abaixo do que havia sido acordado entre as partes, é

necessário reforçar e garantir um serviço nacional de saúde, público, universal e gratuito que sirva os interesses das populações e não dos sectores privados, é necessário reforçar a escola pública para todos e verdadeiramente inclusiva, é necessário uma segurança social que dê uma resposta efetiva a quem desconta ou já descontou.

No próximo 1º de Maio, as comemorações serão na rua, em luta, pelo real aumento dos salários, pela garantia de direitos, nomeadamente o direito à contratação coletiva, pela redução do horário de trabalho para as 35 horas para todos, pelo combate à precariedade dos vínculos, pelo aumento das pensões de reforma, por melhores serviços públicos para todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em sessão ordinária, a 30 Abril de 2024, delibera:

1. Saudar os cinquenta anos do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializaram;
2. Saudar as comemorações do 1º de Maio e apelar à participação ativa nas suas comemorações.

A Bancada da CDU (PCP-PEV)

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, órgãos autárquicos do concelho de Vendas Novas e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

MOÇÃO

Defender a Saúde no Concelho de Vendas Novas

A degradação do Serviço Nacional de Saúde, pondo em causa o direito universal à saúde consagrado na Constituição, é hoje uma realidade que afeta muitos portugueses. Por falta de investimento, subfinanciamento e sobretudo pela desvalorização das condições de trabalho, de remuneração e das carreiras dos profissionais de saúde, os serviços públicos estão com maiores dificuldades em responder às necessidades da população

O processo de desresponsabilização da administração central e do Governo, transferindo responsabilidades sem recursos suficientes para as autarquias locais é um dos elementos da política mais geral de desvalorização do Serviço Nacional de Saúde que tem vindo a ser praticada.

No concelho de Vendas Novas a partir de 1 de Maio de 2024 a Câmara Municipal assume competências na área da saúde, estando identificado um conjunto de problemas do funcionamento atual que passarão a ser responsabilidade desta autarquia. É necessário garantir que o governo cumpre os seus compromissos dando resposta às questões existentes por resolver e que transfira para a câmara municipal as verbas necessárias para a o cumprimento adequado das competências.

Assim a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida a 30 de Abril de 2024 decide exigir da câmara que reivindique do governo as verbas e meios necessários à prestação de cuidados de saúde no concelho de Vendas Novas, nomeadamente:

- Reforço do número de profissionais de Fisioterapia;
- Disponibilização de uma viatura adequada para o serviço da UCSP e USF;

- 
- Reforço do número de Assistentes Técnicos;
 - Garantia das condições adequadas de funcionamento para que Serviço de Atendimento Permanente de Vendas Novas preste os cuidados adequados;
 - Aumento do número de médicos de família no concelho;
 - Reforço do Suporte Imediato de Vida a servir o concelho;
 - A colocação de um Médico Dentista no Centro de Saúde;
 - Regularização dos vínculos dos trabalhadores existentes e substituição das prestações de serviços pela integração de trabalhadores;
 - Criação de uma copa para os trabalhadores que prestam serviço no posto médico de Landeira;
 - Garantia do cuidado dos espaços de jardinagem interiores e exteriores do Centro de Saúde.

Vendas Novas, 30 de Abril de 2024

A Bancada da CDU (PCP-PEV)

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Ministério da Saúde, Administração Regional de Saúde do Alentejo, Presidência da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, órgãos autárquicos do concelho de Vendas Novas e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.